

PREFÁCIO

Logo no acto do seu lançamento público, em Maio de 2004, o Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) definiu, como principal missão a ser prosseguida na primeira fase da sua existência, a elaboração de um Livro Branco sobre o governo das sociedades em Portugal.

A tarefa revelava-se exigente, desde logo porque em Portugal se verificava uma enorme carência de dados sobre a matéria e uma quase total ausência de tratamento dos mesmos que importava alterar. Pelo contrário, em outras economias mais evoluídas, a temática do governo das sociedades encontra hoje profusa referência bibliográfica e importante e extensa intervenção legal e regulamentar, para além de merecer, pelo menos da parte da comunidade que mais de perto convive com os mercados financeiros, um interesse e um acompanhamento que não tem paralelo na realidade nacional.

Contribuiu para amenizar esta assimetria de conhecimento, sensibilidade e prática, a circunstância de a CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ter levado por diante, nos anos mais recentes, e pela mão dos seus Presidentes Drs. José Nunes Pereira e Fernando Teixeira dos Santos, um conjunto de acções que, de uma forma gradual mas determinada, foram inscrevendo nas agendas de preocupações de reguladores, investidores, intermediários financeiros e emitentes, os temas que a literatura anglo-saxónica agrupa na expressão *corporate governance*.

A Direcção do IPCG considerou que o melhor caminho para que fosse dado corpo a esta aspiração seria o de fomentar a criação de uma Comissão na qual seria depositada a responsabilidade da tarefa a prosseguir.

O Dr. Artur Santos Silva foi convidado a presidir e a constituir a Comissão que integrou os Drs. António Vitorino, Carlos Alves, Jorge Arriaga da Cunha e Manuel Alves Monteiro. Na sequência da auscultação e da recolha de contribuições finais, designadamente as que foram dadas por esta Direcção, acaba de concluir o trabalho que lhe foi proposto, o qual o IPCG traz ao conhecimento e juízo públicos.

A primeira parte faz um percurso pela doutrina e pelos grandes conceitos.

A segunda parte dá uma panorâmica sobre o estádio que as dez maiores empresas da bolsa portuguesa revelam presentemente, em matéria de adopção de boas práticas de *corporate governance*.

Finalmente, em resultado do estudo de diversos códigos de conduta de diferentes jurisdições e de apreciação das tendências que internacionalmente se desenham na matéria, é apresentado um conjunto de recomendações sobre o governo das sociedades

cotadas, as quais revelam, também, uma preocupação de adequação à realidade portuguesa.

Quis o IPCG contribuir, com esta iniciativa, para a transparência, o rigor e a modernização do mercado de capitais português. A Direcção tem como seguro que o esforço que as empresas façam no sentido de acomodarem todas ou a boa parte das recomendações avançadas nesta obra terá como resultado um melhor desempenho das próprias empresas e um sustentado aumento da credibilidade e da confiança dos agentes económicos no mercado nacional.

O IPCG espera, igualmente, que a publicação do presente Livro Branco promova, estimule, facilite a discussão e a reflexão à volta dos temas e dos desafios que o bom governo das empresas coloca no dia-a-dia. É nossa intenção fazê-lo com redobrada energia, contando com a participação enriquecedora de todos os Associados, especialistas e demais interessados por estas matérias.

Finalmente, a Direcção expressa à Comissão do Livro Branco uma palavra de grande reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, produto de um exaustivo estudo e profunda reflexão que beneficiou, ainda, da opinião de um conjunto de entidades cuidadosamente seleccionadas, cuja contribuição também é devido enaltecer. A qualidade do trabalho final espelha bem a dimensão e importância dessa tarefa.

Fevereiro de 2006

A Direcção do Instituto Português de Corporate Governance